



ANEXO II - TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 13/2026 DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13/2026

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para a confecção e o fornecimento de uniformes, destinados aos servidores da Câmara Municipal de Morro da Garça.

2. DA JUSTIFICATIVA

2.1. A presente contratação tem por finalidade atender às demandas administrativas e institucionais da Câmara Municipal de Morro da Garça, mediante a confecção e o fornecimento de uniformes personalizados destinados aos servidores do órgão.

2.2. A necessidade da contratação decorre da composição atual do quadro funcional da Câmara Municipal, que conta com 08 servidores, distribuídos entre as funções de Auxiliar Administrativo, Auxiliar de Serviços Gerais, Recepcionista, Motorista, Diretor e Assessor Parlamentar.

2.3. A contratação compreenderá o fornecimento de 24 camisas de gola polo personalizadas, correspondentes a 03 unidades para cada servidor, sendo 08 camisas pretas com detalhes verdes, 08 camisas na cor cinza-chumbo com detalhes brancos e 08 camisas na cor azul-marinho.

2.4. A utilização dos uniformes contribuirá para a padronização visual, a adequada identificação dos servidores, o fortalecimento da imagem institucional e a melhoria da apresentação dos agentes públicos durante o atendimento ao público, as sessões legislativas, reuniões, eventos e demais atividades administrativas e institucionais.

2.5. A ausência da contratação poderá comprometer a padronização da apresentação dos servidores, dificultar sua identificação perante o público e prejudicar a imagem institucional da Câmara Municipal.

2.6. Dessa forma, resta caracterizada a necessidade da contratação, tendo em vista sua relevância para a identificação dos servidores, a padronização visual, a organização administrativa e o regular funcionamento das atividades da Câmara Municipal de Morro da Garça.

3. DO EMBASAMENTO LEGAL

3.1. A presente contratação direta fundamenta-se no Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, que autoriza a dispensa de licitação para contratação de outros serviços e compras de valor inferior ao limite legal:

Art. 75. É dispensável a licitação:
[...]



CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 38.522.827/0001-38



II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

3.2. A Constituição Federal, em seu Art. 37, inciso XXI, admite a contratação direta nos casos previstos em lei. No âmbito infraconstitucional, o Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, combinado com seu § 3º, prevê a possibilidade de dispensa, mediante divulgação prévia em sítio eletrônico oficial e seleção da proposta mais vantajosa:

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

3.3. Nos termos do Art. 182 da Lei nº 14.133/2021, os valores previstos para dispensa de licitação são atualizados anualmente pelo Poder Executivo Federal, com base na variação do IPCA-E:

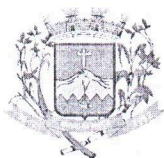
Art. 182. O Poder Executivo federal atualizará, a cada dia 1º de janeiro, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial (IPCA-E) ou por índice que venha a substituí-lo, os valores fixados por esta Lei, os quais serão divulgados no PNCP.

3.4. Para o exercício vigente, o Decreto Federal nº 12.807/2025 atualizou o limite previsto no Art. 75, inciso II (R\$ 50.000,00), fixando-o em R\$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos) para outros serviços e compras.

3.5. Estando o valor estimado da contratação dentro do limite legal, resta caracterizada a hipótese de dispensa de licitação, observadas as formalidades legais pertinentes.

4. DOS ITENS E QUANTITATIVOS

ITEM	DESCRIÇÃO	CATMAT / CARSERV	QUANT.	UNIDADE DE MEDIDA	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR GLOBAL ESTIMADO
1	CAMISA GOLA POLO PRETA COM DETALHES VERDES Camisa gola polo em malha PV antipilling; modelo unissex; manga curta; cor preta; com detalhe na cor verde na gola e nas mangas; tamanhos P a XG; personalização por meio de bordado do brasão de armas do Município de Morro da Garça/MG e da inscrição "CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA", conforme arte fornecida pela Câmara Municipal.	10030	8	Unidade	R\$ 76,00	R\$ 608,00



CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 38.522.827/0001-38



2	CAMISA GOLA POLO CINZA CHUMBO COM DETALHES BRANCOS Camisa gola polo em malha PV antipilling; modelo unissex; manga curta; cor cinza chumbo; com detalhe na cor branca na gola e nas mangas; tamanhos P a XG; personalização por meio de bordado do brasão de armas do Município de Morro da Garça/MG e da inscrição "CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA", conforme arte fornecida pela Câmara Municipal.	10030	8	Unidade	R\$ 76,00	R\$ 608,00
3	CAMISA GOLA POLO AZUL MARINHO Camisa gola polo em malha PV antipilling; modelo unissex; manga curta; cor azul marinho; sem detalhes na gola e nas mangas; tamanhos P a XG; personalização por meio de bordado do brasão de armas do Município de Morro da Garça/MG e da inscrição "CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA", conforme arte fornecida pela Câmara Municipal.	10030	8	Unidade	R\$ 76,00	R\$ 608,00

VALOR TOTAL GLOBAL ESTIMADO: R\$ 1.824,00 (mil oitocentos e vinte e quatro reais).

Observação: Caso o item apresente descrição diferente daquela registrada no sistema Catmat/Catser do Compras.gov, prevalecerá a constante deste termo de referência, tendo em vista não existir no referido catálogo item com a descrição exata ao demandado.

4.1. As quantidades totais foram estimadas considerando o número atual de servidores lotados na Câmara Municipal de Morro da Garça, correspondente a 08 servidores, bem como a necessidade de disponibilização de uniformes suficientes para uso regular nas atividades administrativas, institucionais e de atendimento ao público.

4.2. A estimativa contempla o fornecimento de 03 camisas de gola polo para cada servidor, totalizando 24 unidades, distribuídas em três modelos distintos, com 08 peças de cada cor. O quantitativo permite a alternância de uso, a adequada higienização e a conservação dos uniformes, sem comprometer a continuidade de sua utilização durante o exercício das atividades funcionais.

5. DO VALOR ESTIMADO

5.1. Conforme exigência legal, para se obter o valor estimado foi realizada pesquisa de preços utilizando-se os parâmetros previstos no inciso II, do Art. 72 da Lei 14.133/2021:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

[...]

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

5.2. O valor global total estimado da contratação é de **R\$ 1.824,00 (mil oitocentos e vinte e quatro reais)**, conforme estimativa de despesa.

6. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 38.522.827/0001-38



6.1. A solução consiste na contratação de empresa especializada para a confecção e o fornecimento de uniformes personalizados destinados aos servidores da Câmara Municipal de Morro da Garça, com o objetivo de assegurar a padronização visual, a adequada identificação dos agentes públicos e o fortalecimento da imagem institucional do órgão.

6.2. A contratação contempla o fornecimento de 24 camisas de gola polo personalizadas, correspondentes a 03 unidades para cada um dos 08 servidores atualmente lotados na Câmara Municipal, sendo 08 camisas pretas com detalhes verdes, 08 camisas na cor cinza-chumbo com detalhes brancos e 08 camisas na cor azul-marinho.

6.3. As peças deverão ser confeccionadas em malha PV antipilling, modelo unissex, manga curta, nos tamanhos P a XG, conforme as medidas informadas pela Administração, e personalizadas por meio de bordado do brasão de armas do Município de Morro da Garça/MG e da inscrição "CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA", de acordo com a arte institucional fornecida ou aprovada pela Câmara Municipal.

6.4. Os uniformes deverão ser fornecidos novos, sem uso anterior, em perfeitas condições de utilização, com tecido resistente, costuras regulares, acabamento adequado, cores uniformes e bordado legível e fiel à arte aprovada, de modo a permitir seu uso imediato pelos servidores.

6.5. A solução deverá possibilitar a alternância de uso, a adequada higienização e a conservação das peças, sem comprometer a continuidade da utilização dos uniformes durante as atividades administrativas, institucionais e de atendimento ao público.

6.6. O fornecimento deverá ocorrer conforme as condições, os prazos e o local definidos pela Administração, cabendo à contratada assegurar a adequada confecção, embalagem, transporte e entrega das peças, bem como substituir, sem ônus adicional para a Câmara Municipal, os uniformes que apresentem defeitos, divergências de tamanho, falhas no bordado ou desconformidade com as especificações estabelecidas.

7. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Da Indicação de Marcas ou Modelos:

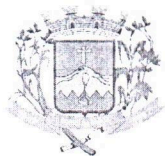
7.1. Não serão exigidas marcas ou modelos específicos para a contratação.

Da Vedação de Utilização de Marca ou Modelo:

7.2. Não haverá vedação de marca/modelo para a pretensa contratação.

Da Exigência de Carta de Solidariedade:

7.3. Não será exigida a apresentação de carta de solidariedade na pretensa contratação.



Da Exigência de Amostras:

7.4. Não será exigida a apresentação de amostras físicas, ensaios, testes ou prova de conceito do produto a ser adquirido.

Da Garantia da Proposta:

7.5. Não haverá exigência de garantia de proposta, conforme Art. 58 da Lei 14.133/2021, por se tratar de contratação de baixo valor e/ou cujo objeto apresenta baixa complexidade.

Da Garantia da Contratação:

7.6. Não será exigida a apresentação de garantia de execução contratual, conforme o Art. 96 da Lei 14.133/2021, por se tratar de contratação de baixo valor e/ou cujo objeto apresenta baixa complexidade.

Da Vistoria/Visita Técnica:

7.7. Não haverá necessidade de vistoria/visita técnica anterior à apresentação da proposta.

Da Subcontratação:

7.8. Não será permitida a subcontratação do objeto.

Da participação de consórcios:

7.9. Não será permitida a participação de empresas reunidas em consórcio.

Da Sustentabilidade:

7.10. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

- a) Observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, na forma do Decreto Estadual nº 46.105/12, para a fabricação e/ou fornecimento dos produtos.
- b) Nos termos do Art. 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), do Art. 92, inciso XVII e Art. 116, ambos da Lei 14.133/2021, cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendizes, bem como com as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, na hipótese de enquadramento em tais exigências;
- c) Proibir qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz a partir dos quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso, insalubre, ou prejudiciais à sua moralidade conforme artigos 403 a 405 do Decreto-Lei nº 5.452/1943.



CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 38.522.827/0001-38



8. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

8.1. O fornecimento dos uniformes personalizados deverá ser iniciado mediante emissão de autorização de fornecimento ou instrumento equivalente pela Câmara Municipal de Morro da Garça, observadas as especificações técnicas, os quantitativos, os tamanhos, as condições de entrega e as demais exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

8.2. A execução do objeto compreenderá a confecção e o fornecimento de 24 camisas de gola polo personalizadas, sendo 08 na cor preta com detalhes verdes, 08 na cor cinza-chumbo com detalhes brancos e 08 na cor azul-marinho, todas confeccionadas em malha PV antipilling, modelo unissex, manga curta e nos tamanhos P a XG.

8.3. Antes da produção definitiva, a contratada deverá apresentar à Administração a arte final, prova digital ou modelo do bordado para aprovação, cabendo-lhe realizar os ajustes necessários para assegurar a correta aplicação do brasão de armas do Município de Morro da Garça/MG e da inscrição "CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA".

8.4. A Administração fornecerá a relação dos tamanhos necessários, devendo a contratada confeccionar as peças em conformidade com as informações recebidas e com as especificações de cada item.

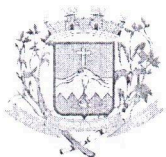
8.5. Os uniformes deverão ser entregues novos, sem uso anterior, em perfeitas condições de utilização, com tecido uniforme e resistente, costuras regulares, acabamento adequado, cores compatíveis com as especificações e bordado legível e fiel à arte aprovada.

8.6. A entrega deverá ocorrer na sede da Câmara Municipal de Morro da Garça, situada na Avenida Prefeito José Antônio de Oliveira, nº 703, Bairro Pompéia, Morro da Garça/MG, CEP 39.248-000, em data e horário previamente ajustados com a Administração.

8.7. As peças deverão ser entregues devidamente embaladas, separadas e identificadas por tamanho, de modo a facilitar a conferência e a distribuição aos servidores.

8.8. A conferência será realizada por servidor designado pela Câmara Municipal, que verificará a conformidade dos uniformes com os quantitativos, tamanhos, cores, detalhes, tecido, acabamento, qualidade do bordado e demais especificações estabelecidas.

8.9. Todos os custos relacionados à confecção, personalização, materiais, bordado, embalagem, transporte, carga, descarga, tributos, encargos e substituição de peças defeituosas ou em desconformidade serão de responsabilidade exclusiva da contratada.



8.10. A Câmara Municipal poderá recusar as peças entregues em desacordo com as especificações, com tamanhos divergentes dos solicitados ou que apresentem manchas, rasgos, falhas de costura, deformações, diferenças relevantes de tonalidade, defeitos no bordado ou qualquer outra inadequação.

8.11. Nessas hipóteses, a contratada deverá substituir ou corrigir as peças, sem ônus adicional para a Administração, dentro do prazo estabelecido pela Câmara Municipal.

8.12. O recebimento definitivo somente ocorrerá após a verificação da conformidade dos uniformes entregues, sem prejuízo da responsabilidade da contratada por vícios ou defeitos identificados posteriormente.

9. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

9.1. O pagamento será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis contados da data da aceitação definitiva dos produtos que se dará por meio de atesto na nota fiscal por servidor competente desta Administração, observada a ordem de pagamento prevista no Art. 141 da Lei n.º 14.133, de 2021.

9.2. Verificado erro na nota fiscal, o fornecedor será notificado para sanar a incorreção ou apresentar justificativa legal, sendo que nas hipóteses em que houver apresentação de nova nota fiscal ou correção de nota já emitida, ou, ainda, de documentos equivalentes necessários ao processamento da liquidação e do pagamento, o prazo previsto será interrompido, realocando-se o fornecedor no final da respectiva lista de ordem cronológica para pagamento com reinício da contagem do prazo.

9.3. Se o término do prazo para pagamento ocorrer em dia sem expediente na Câmara Municipal de Morro da Garça, o pagamento, na hipótese de ainda não ter sido realizado, deverá ser efetuado no primeiro dia útil subsequente.

9.4. A nota fiscal deverá ser emitida em conformidade com a legislação vigente e ter como o destinatário a Câmara Municipal de Morro da Garça, conforme dados da Nota de Autorização de Fornecimento/Serviço.

9.5. Para emissão da nota fiscal deverão ser observadas as disposições que tratam sobre a retenção de Imposto de Renda (IR).

9.6. A retenção do IR deverá ser discriminada no corpo do documento fiscal/fatura observado os percentuais estabelecidos no Anexo I da Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012.

9.7. Não se sujeitam à retenção de IR, o às pessoas jurídicas optantes pelo Simples Nacional, de que trata o Art. 12 da Lei Complementar nº 123/2006, em relação às suas receitas próprias, além das pessoas jurídicas amparadas por isenção, imunidade, não incidência ou alíquota zero de IR, conforme o Art. 4º da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.



9.8. Na hipótese de não retenção, conforme o subitem anterior, o fornecedor deverá informar na nota fiscal a condição e o respectivo embasamento legal, sob pena de, se não o fizer, sujeitar-se à retenção do IR no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

9.9. O pagamento se dará preferencialmente por meio de transferência bancária, oportunidade em que o fornecedor deverá informar, preferencialmente na própria nota fiscal, os dados bancários para pagamento, como o nome e código da instituição bancária/financeira, agência e conta, observada a regularidade fiscal, social e trabalhista do fornecedor.

9.10. Em caso de pagamento através de boleto bancário, deverá ser informado o valor bruto devido e o valor do IR a ser retido, efetuando-se o pagamento pelo valor líquido deduzido da respectiva retenção, conforme determina o Art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012.

9.11. No caso de não pagamento, no prazo, por culpa da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do INPC.

9.12. A Câmara Municipal de Morro da Garça reserva-se o direito de reter pagamentos para satisfação de penalidades pecuniárias aplicadas ao fornecedor e para ressarcir danos a terceiros.

9.13. Nenhum outro pagamento será devido pela Câmara Municipal de Morro da Garça ao fornecedor, seja a que título for, nem direta, nem indiretamente, sendo certo que o fornecedor é o único responsável pelo cumprimento de todas as obrigações legais e regulamentares que se produzirem na execução do ajuste.

10. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. Correrão as despesas da presente contratação na seguinte dotação orçamentária: 3.3.90.30.00 (Ficha 13) Material de Consumo.

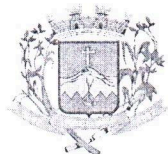
11. DA FORMALIZAÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

11.1. A presente contratação será formalizada por meio de Termo de Contrato Administrativo, a ser celebrado com o fornecedor vencedor, nos termos do Art. 95 da Lei nº 14.133/2021.

11.2. O contrato terá vigência de até 6 (seis) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que haja interesse da Administração e disponibilidade orçamentária.

12. DA ESPECIFICAÇÃO DA GARANTIA E CONDIÇÕES DE MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

12.1. Os produtos/serviços fornecidos ficam sujeitos à garantia legal estabelecida pelo Art. 26, da Lei Federal nº 8.078, de 1990 (Código de Defesa do Consumidor – CDC).



12.2. A Câmara Municipal de Morro da Garça não aceitará produto/serviço em desacordo ou em desconformidade com as normas legais ou técnicas pertinentes ao mesmo, cabendo ao fornecedor promover, à sua custa, o reparo ou a substituição, imediatamente após manifestação de inconformidade por parte da Câmara Municipal de Morro da Garça.

13. DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:

13.1.1. O fornecedor será selecionado por meio de contratação direta, dispensa de licitação, sob a forma não eletrônica.

13.1.2. O critério de julgamento das propostas será o menor preço.

13.1.3. A proposta comercial terá validade de, no mínimo, 60 (sessenta) dias.

13.1.4. Em observância ao disposto no inciso IV do Art. 82 da Lei nº 14.133/2021, não será aceita proposta com quantitativos inferiores aos demandados neste termo de referência.

13.1.5. O procedimento observará o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos dos Artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006 e do Art. 4º da Lei nº 14.133/2021, assegurando, quando cabível, a aplicação dos benefícios legais pertinentes, inclusive quanto ao critério de desempate e às condições de regularização fiscal.

13.2. Exigências de habilitação:

I. Habilitação jurídica:

a) Pessoa física: cédula de identidade ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

b) Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

c) Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CMEI);

d) Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

e) Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e



CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 38.522.827/0001-38



arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020;

f) Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

g) Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

h) Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

i) Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

II. Habilitações fiscal, social e trabalhista:

a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

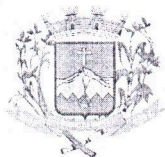
c) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

d) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

f) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Municipal/Distrital, se houver, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

g) O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123,



de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

- h) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.
- i) Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais ou distritais relacionados ao objeto, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de certidão ou declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou por meio de outro documento equivalente, na forma da respectiva legislação de regência.

III. Habilitação Técnica:

- a) Não será exigida a apresentação de documentos relativos à qualificação técnico operacional e/ou técnico-profissional.

IV. Habilitação econômico-financeira:

- a) Certidão negativa de falência expedida pela comarca da sede do fornecedor.

V. Demais declarações:

- a) Declaração de que atende os requisitos de habilitação;
- b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- c) Declaração de que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição.

14. DO MODELO DE GESTÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. O instrumento de contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as disposições da Lei Federal 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme o Art. 115 da referida Lei.

14.2. Serão designados para acompanhar e fiscalizar o fornecimento da contratação servidores da Câmara Municipal de Morro da Garça, os quais deverão realizar as atividades de acompanhamento e de fiscalização de forma preventiva, rotineira e sistemática, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o fornecimento do objeto, determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados, procedendo, no que couber, às ações previstas no Art. 117 da Lei 14.133/2021.



CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 38.522.827/0001-38



14.3. A fiscalização por parte da Câmara Municipal de Morro da Garça não exclui nem reduz a responsabilidade do fornecedor, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

14.4. Após a assinatura do contrato/instrumento equivalente, a Câmara Municipal de Morro da Garça poderá convocar o representante do fornecedor contratado para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do fornecedor, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

14.5. O contrato ou documento equivalente, deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

14.6. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do fornecedor contratado, para fins de empenho e pagamento da despesa, e anotará em relatório próprio os problemas que obstem o fluxo normal do processo.

15. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

15.1. Obrigações do fornecedor:

a) Fornecer os uniformes personalizados em conformidade com as especificações técnicas, os quantitativos, os tamanhos, as cores, os modelos, as condições e os prazos estabelecidos neste Termo de Referência.

b) Entregar as camisas novas, sem uso anterior, confeccionadas em malha PV antipilling, modelo unissex, manga curta, em perfeitas condições de utilização e devidamente personalizadas conforme a arte institucional fornecida ou aprovada pela Câmara Municipal de Morro da Garça.

c) Submeter a arte final, a prova digital ou o modelo do bordado à aprovação da Administração antes da produção definitiva, realizando os ajustes necessários para assegurar a correta aplicação do brasão de armas do Município de Morro da Garça/MG e da inscrição "CÂMARA MUNICIPAL MORRO DA GARÇA".

d) Confeccionar as peças nos tamanhos informados pela Administração, observando a distribuição dos quantitativos entre os tamanhos P a XG e as características específicas de cada item.

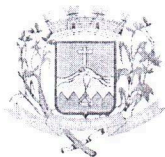
e) Assegurar que os uniformes sejam entregues com tecido uniforme e resistente, cores compatíveis com as especificações, costuras regulares, acabamento adequado e bordado legível, resistente e fiel à arte aprovada.



CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 38.522.827/0001-38



- f) Entregar as peças devidamente embaladas, separadas e identificadas por tamanho, de modo a preservar sua integridade e facilitar a conferência e a distribuição aos servidores.
- g) Responsabilizar-se por todos os custos decorrentes da execução do objeto, incluindo materiais, confecção, bordado, personalização, embalagem, transporte, carga, descarga, tributos, encargos e demais despesas necessárias à entrega dos uniformes no local indicado pela Câmara Municipal.
- h) Substituir ou corrigir, sem ônus adicional para a Administração, as peças que apresentem manchas, rasgos, falhas de costura, deformações, divergências de tamanho, diferenças relevantes de tonalidade, defeitos no bordado ou qualquer desconformidade com as especificações estabelecidas ou com a arte aprovada.
- i) Cumprir os prazos definidos para apresentação da arte, confecção, entrega, correção e substituição das peças, mantendo a Administração informada sobre eventuais ocorrências que possam afetar a execução do objeto.
- j) Atender às solicitações da Câmara Municipal de Morro da Garça relacionadas à execução da contratação, prestando os esclarecimentos necessários quanto aos materiais utilizados, tamanhos, personalização, prazos, entrega, substituição e demais condições de fornecimento.
- k) Responsabilizar-se pela qualidade e pela conformidade dos uniformes fornecidos, inclusive após o recebimento, quando identificados vícios ou defeitos de fabricação não perceptíveis no momento da entrega.
-
- l) Manter-se, durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação exigidas, obrigando-se a comunicar a Câmara Municipal de Morro da Garça ocorrência que interrompa tais condições;
- m) O reconhecimento dos direitos da Câmara Municipal de Morro da Garça em caso de rescisão administrativa do contrato prevista no Art. 138 da Lei 14.133/2021;
- n) Responder pelos prejuízos materiais ou pessoais causados por eventuais danos causados por negligência, imprudência, imperícia ou dolo próprio ou de funcionário seu;
- o) Arcar com os tributos federais, estaduais ou municipais, que porventura incidam ou venham a incidir sobre a contratação, bem como os encargos sociais, trabalhista e previdenciários;
- p) Promover a substituição de equipamentos em desconformidade, respeitando o prazo previsto;
- q) Arcar com todas as despesas com transporte, carga/descarga, mão de obra, taxas, impostos ou quaisquer outros acréscimos legais, que correrão por conta exclusivas do fornecedor;



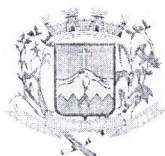
CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 38.522.827/0001-38



- r) Manter a Câmara Municipal a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou propostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do contrato;
- s) Nos termos do Art. 429 e seguintes da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, do art. 92, XVII e Art. 116, ambos da Lei 14.133/2021, cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendizes, bem como com as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, na hipótese de enquadramento em tais exigências;
- t) Comunicar à Câmara Municipal de Morro da Garça quaisquer eventos que possam comprometer a execução do contrato tais como: dissolução da sociedade ou o falecimento, decretação de falência ou recuperação judicial, débitos previdenciários, de FGTS e Sociais e outras situações, que afetem a estabilidade econômico-financeira do fornecedor, com repercussões no ajuste;
- u) Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela Câmara Municipal de Morro da Garça;
- v) Se optante pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, informar, imediatamente, à Câmara Municipal de Morro da Garça eventual desenquadramento de tal tratamento tributário;
- w) Não contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente da Câmara Municipal de Morro da Garça ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato;
- x) Observar, no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental, na forma do Decreto Estadual nº 46.105/12, para a fabricação e/ou fornecimento dos serviços.

15.2. Obrigações da Câmara Municipal de Morro da Garça:

- a) Efetuar o pagamento ao fornecedor do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente termo de referência;
- b) Fornecer os esclarecimentos necessários ao fornecedor;
- c) Exercer o acompanhamento e a fiscalização da contratação, mediante a designação de servidor(es), anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando a data, bem como o nome dos envolvidos, dando ciência ao representante do fornecedor e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis, o que não exime o fornecedor de suas responsabilidades;
- d) Notificar o fornecedor, sobre imperfeições, falhas, irregularidades ou inconformidades constatadas na execução/fornecimento para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;



CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
ESTADO DE MINAS GERAIS
CNPJ: 38.522.827/0001-38



- e) Aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste, observados os procedimentos para tal;
- f) Rescindir unilateralmente o contrato nos casos especificados na legislação;
- g) Quando julgar necessário, solicitar a comprovação referente à reserva de cargos prevista em lei e em outras normas específicas, inclusive mediante a apresentação da respectiva relação dos empregados que preencherem as referidas vagas;
- h) Efetuar diligência, quando julgar conveniente, para comprovar o cumprimento das práticas de sustentabilidade;
- i) Fornecer à contratada, comprovante anual de retenção, até o último dia útil de fevereiro do ano subsequente, podendo ser disponibilizado em meio eletrônico, conforme modelo constante do Anexo V à Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012, informando, relativamente a cada mês em que houver sido efetuado o pagamento, os códigos de retenção, os valores pagos e os valores retidos.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no Art. 155 da Lei nº 14.133/2021, quais sejam:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;



CÂMARA MUNICIPAL DE MORRO DA GARÇA
ESTADO DE MINAS GERAIS

CNPJ: 38.522.827/0001-38



k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

l) Praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

16.2. O fornecedor que cometer qualquer das infrações discriminadas nas alíneas do subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

16.2.1. Advertência;

16.2.2. Multa de mora no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento) calculada sobre o valor total estimado da contratação, até o limite de 10 (dez) dias úteis de atraso injustificado na execução do objeto da presente contratação.

16.2.3. Multa compensatória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total estimado da contratação pela inadimplência além do prazo de 10 (dez) dias úteis, caracterizando a inexecução parcial deste;

16.2.4. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 3 (três) anos;

16.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos;

16.3. A aplicação das sanções previstas neste termo não exclui a possibilidade da aplicação de outras, previstas na Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, inclusive a responsabilidade da contratada por eventuais perdas e danos causados à Administração.

16.4. O valor da multa poderá ser descontado na nota fiscal ou crédito existente.

16.5. As sanções aqui previstas são independentes entre si podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

16.6. Em qualquer hipótese e aplicação de sanções será assegurado à contratada o contraditório e a ampla defesa.

Morro da Garça/MG, 20 de julho de 2026.

Erica Cristina Gomes da Silva
Agente de Contratação